

Diário da Assembléia

Nº 3.020

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 22 DE ABRIL DE 1974

ANO IX

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério — Quielise Crisóstomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.) — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.) — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel

Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Maurício Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.) — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella — (M.D.B.)

Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Maurício Fruet (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE — Maurício Fruet (M.D.B.)

Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisostomo

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras

SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza

Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lélcio Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielise Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)

SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (M.D.B.)

Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973.

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 43.ª Sessão Extraordinária
Realizada em 22 de Abril de 1974 (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, Secretariada pelos Senhores Deputados Lázaro Dumont e Borsari Netto.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Maciel — Arizone Araujo — Arthur de Souza — Borsari Netto — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Fortes (36). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Alvaro Dias — Antônio Lopes Júnior — Basílio Zanusso — Fuad Nacli — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Ivo Rocha — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
 Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 49-74, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 221-74, de autoria do Dep. Xenofonte Villanueva, que institui gratificação especial de 40% sobre os respectivos vencimentos, aos servidores que operam com Raio "X" e substâncias radioativas. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. — Em votação. — **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 23, terça-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 51-74.
 Levanta-se a Sessão.

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 44.ª Sessão Ordinária
Realizada em 22 de Abril de 1974 (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Borsari Netto.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Maciel — Arizone Araujo — Arthur de Souza — Borsari Netto — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Fortes (36); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Alvaro Dias — Antônio Lopes Júnior — Basílio Zanusso — Fuad Nacli — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Ivo Rocha — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte
E X P E D I E N T E :

OFÍCIOS:

Sob os n.ºs. 26, 27, 28 e 29-74, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs.:

63-73: — Do Senhor Deputado Odilon Reinhardt, que outorga Título de Cidadão Benemérito do Paraná, à Professora Eny Caldeira, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.526. — **Agradeça-se.**

268-73: — Oriundo de Mensagem Governamental, sob o n.º 100-73, que objetiva conceder pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), à Senhora Aracy de Lara Machado, viúva de ex-servidor estadual, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.527. — **Agradeça-se.**

194-73: — Do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município da Lapa, o imóvel de propriedade do Estado, situado na sede do referido Município, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.528. — **Agradeça-se.**

254-73: — Do Senhor Deputado João Mansur, que declara de utilidade pública, a Fundação Bamerindus de Assistência Social, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.529. — **Agradeça-se.**

Sob os n.ºs. 33 e 34-74, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE os projetos de lei n.ºs.:

66-72: — Do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel que visa transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de reificação e pavimentação, o trecho de estrada que liga Piraquara à estrada Curitiba - Paranaguá - BR-277 -- A C.C.J.

142-73: — Do Senhor Deputado Wilson Fortes que visa autorizar o Poder Executivo a criar a Inspetoria Regional de Ensino de Rondon, com sede na cidade do mesmo nome e com jurisdição sobre os Municípios de Rondon, Indianópolis e Guaporema. — A C.C.J.

TELEGRAMAS:

Do Senhor Laerte Vieira, Líder do MDB, nos seguintes termos: Acusando et agradecendo recebimento Ofício 348-74 vg esperamos sejam traduzidos a debate vg pelo ilustre Vice-Líder Olivir Gabardo vg os assuntos de interesse do progressista Estado sulino pt CDS. — **Ao conhecimento da Casa.**

Do Senhor Tercio Alves Albuquerque, Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu, nos seguintes termos: Tenho a honra comunicar Vossência que em virtude licenciamento Prefeito Cel. Caetano Pinto Rocha vg assumi caráter substituição cargo Prefeito Municipal Foz do Iguaçu onde coloco-me disposição Vossência e conto valiosa colaboração pt CDS. — **Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.**

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando Regime de Urgência para a Proposição n.º 51-74.

— de autoria do Senhor Deputado Paulo Poli, solicitando dispensa de publicação da Redação Final do Projeto de Lei n.º 289-73.

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a inserção na Ata dos presentes trabalhos, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido em data de 18 de abril do corrente ano, na cidade de Borrazópolis, do Senhor Aristides Cerutti.

O extinto era pai do vereador à Câmara Municipal de Borrazópolis, Senhor Angelo Cerutti.

Era, ainda, pessoa grandemente relacionada e desfrutava de expressivo prestígio, tendo o seu passamento consternado a sociedade de Borrazópolis.

Requer, outrossim, que, da manifestação deste Poder, seja dado conhecimento à família enlutada, na pessoa do vereador Sr. Angelo Cerutti — Borrazópolis — Paraná.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1974.

(a) — **Gilberto Carvalho**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ciência e aprovação do Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje um voto de aplausos, em nome da Comissão Executiva promotora da 5.ª Exposição-Feira Agropecuária e Industrial de Guaraçuva, 2.ª Exposição-Feira de Suínos do Paraná e 2.º Encontro Estadual de Pastagens que se realiza naquele próspero Município de nosso Estado.

Iniciada no último dia 20 e estendendo-se até o próximo domingo, estas promoções foram e estão sendo de grande valia para o setor agropecuário para o Paraná seja pelo intercâmbio, através da venda de animais premiados ou pelas palestras e demonstrações de experiências e pesquisas agropecuárias. Que dê-se ciência à Comissão Organizadora das Promoções.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1974.

(a) **Domicio Scaramella**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer seja encaminhado cópia de nosso pronunciamento de hoje, na Tribuna da Assembleia, relacionado com a política sócio-econômica do Litoral paranaense, aos Excelentíssimos Senhores: General Ernesto Geisel, digníssimo Presidente da República, Doutor Emilio Hoffmann Gomes, Governador do Estado, Doutor José Cassiano Gomes dos Reis Júnior, Secretário da Agricultura e Doutor Belmiro Valverde Jobin-Castor, Secretário do Planejamento.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1974.

(a) **Nelson Buffara**

Requerimento

Senhor Presidente:

Considerando:

1. Que, recentemente, S. Exa. o Governador do Estado afirmou, por ocasião de encontro de Prefeitos do Litoral realizado na cidade de Antonina, que seriam adotadas medidas de ordem práticas com o objetivo de manter razoável movimento de navios no Porto de Antonina;

2. Este fato recebeu os maiores elogios por parte da população capelista, cuja economia depende muito do movimento portuário;

3. Que, apesar da afirmativa do Chefe do Poder Executivo, até hoje, há quatro meses nenhum navio aporta em Antonina, provocando, como é natural, sérios problemas de ordem financeira àqueles que dependem, direta ou indiretamente do movimento portuário, requeiro, regimentalmente, o envio de ofício a S. Exa. o Senhor Governador do Estado, contendo o presente Requerimento e apelando, mais uma vez, a S. Exa. que se digne determinar as medidas necessárias visando resolver o angustioso problema.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1974.

(a) **Maurício Fruet**

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Não há oradores para o Pequeno Expediente. Para o Grande Expediente concedo a palavra ao Sr. Dputado Nelson Buffara, primeiro orador inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não é a primeira vez e não será a última vez que assomamos à Tribuna desta Casa para falar em termos de litoral de nosso Estado.

Preparamos um discurso, cujo teor Vs. Exas. vão tomar conhecimento e no qual apresentamos algumas idéias, alguns subsídios para que os Governos do

Estado e Federal, com a urgência necessária, providenciem o que há muito reclamamos.

O nosso discurso está vasado nos seguintes termos:

(Lendo): "Estamos hoje ocupando a Tribuna desta Assembléia uma vez mais para reivindicarmos do Poder Público Estadual e Federal um elenco de ações e programas concretos que devem ser efetuados para a região do litoral paranaense, da qual somos representantes nesta Casa.

Através dos planos de Governo do então saudoso Governador Parigot de Souza, e atualmente do Dr. Emílio Gomes; o Estado do Paraná traçou uma diretriz bem definida da orientação de seu desenvolvimento econômico, qual seja, a integração de suas atividades agrícolas e industriais, pela consolidação do Paraná como o principal pólo agro-industrial da Região Sul do Brasil.

Em função dos diferentes tipos de climas existentes, da fertilidade maior ou menor de suas terras, e notadamente pela ocorrência de migrações internas e externas que cada região do Estado recebeu, muitas delas hoje, após esgotado o processo de expansão de nossa fronteira agrícola, tem já definida a sua ocupação total com maior ou menor integração de suas atividades econômicas numa economia regional bem definida.

É o caso da Região Norte do Estado, que possui uma multiplicidade de culturas, muitas das quais já industrializadas na Região e que deram oportunidade à consolidação do segundo eixo industrial do Paraná, aliado pela existência de uma pecuária de corte altamente desenvolvida que ocorre na Região do Noroeste do Estado.

As Regiões do Oeste e Sudoeste adquiriram importância crescente na economia estadual, a partir do final da década passada e começo desta, dado o extraordinário desenvolvimento das culturas do soja e do trigo, juntamente com a suinocultura.

Mesmo nessas regiões de crescimento recente, verifica-se um crescimento industrial elevado, o qual tenderá a se acentuar juntamente com o turismo em Foz do Iguaçu motivado pela construção na Região, da maior hidrelétrica do mundo, a Usina de Itaipu.

Paralelamente, solidificando-se no Centro Sul, o eixo industrial mais representativo do Paraná, compreendido entre as cidades de Curitiba e Ponta Grossa, o qual nos últimos anos vem se desenvolvendo graças à criação dos distritos industriais para atração de indústrias de grande porte e com alto efeito multiplicador para a economia paranaense.

Parece-nos, todavia, que, somente nosso litoral permanece à margem do crescimento e das modificações que se processam na economia paranaense.

Bem sabemos do interesse e preocupação do Sr. Governador Emílio Gomes, com a Região.

A exemplo disto, tivemos, alguns meses atrás a realização, em Antonina, de um seminário com a participação do Sr. Governador, Secretários de Estado, Prefeitos da Região, empresários, comerciantes e agricultores, para uma tomada de consciência da problemática sócio-econômica do litoral.

Todavia, hoje, mais do que nunca se faz necessário por parte do Poder Público Federal e Estadual, a criação de um conjunto de medidas e programas de apoio concretos, amparadas sempre que possível de incentivos que o Estado DEVE conceder para atrair novas oportunidades de exploração agrícolas e industriais para a Região, a fim de eliminar os desequilíbrios regionais que atualmente começam a se fazer sentir no Estado, com a existência de regiões mais pobres.

O litoral tem atualmente no Porto de Paranaguá sua maior fonte de renda e de geração de empregos. Porém, essa Região não pode ser vista somente como Paranaguá e seu Porto, e suas praias em épocas de temporada.

É uma Região com um potencial de recursos humanos e naturais que aguarda tão somente uma maior ação por parte de seus governantes.

Assim sendo, tomamos a liberdade de sugerir ao Poder Público algumas medidas que podem ser tomadas de pronto, objetivando o início de um período de desenvolvimento para o nosso litoral, quais sejam:

I — Maior participação da Secretaria de Agricultura e seus órgãos vinculados através a determinação de área própria de cultivo para produtos agrícolas que se adaptem com a ecologia da região;

II — Ainda dentro da atuação da Secretaria de Agricultura, em convênio com os órgãos do Ministério da Agricultura, a criação de programas orientados para o cultivo da cana de açúcar, milho, café sombreado, mandioca, banana e hortigranjeiros de forma a fornecer ao nosso caieira, condições para tecnificar sua lavoura, e dessa forma poder competir com seus irmãos de regiões mais desenvolvidas;

III — Demonstrar e fomentar as potencialidades da pecuária de corte, a exemplo do que já existe no local e também em outras regiões litorâneas de outros Estados;

IV — Criação de incentivos adicionais aos existentes do I.B.D.F. para o reflorestamento com espécies nativas e outras para dar surgimento a uma verdadeira exploração florestal e não como atividade predatória.

Estas são algumas proposições que aqui colocamos, e que visam um maior aumento na oferta de produtos primários para que, juntamente com a infraestrutura de transportes, energia, comunicações e comercialização já existentes, possa o Litoral oferecer em breve condições para se tornar também uma Região industrializada no Estado.

Desta forma, acreditamos, terá a Região do Litoral condições de receber unidades industriais para processamento de cana de açúcar, de cereais, frigoríficos, beneficiamento da madeira em geral, papel e derivados, além da exploração de suas riquezas minerais com beneficiamento local.

Acreditamos que o Governo do Paraná seja sensível às nossas proposições, estudando-as mais detalhadamente para seu melhor aproveitamento, já que como filho da Região, conhecendo sua gente, sua terra e potencialidades, posamos dar ao Litoral do Estado um pouco daquilo que merece e espera de nossa parte como homens públicos.

Muito obrigado.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1974.

(a) Deputado Nelson Buffara".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, anexo, a este pequeno discurso, um Requerimento, pedindo a V. Exa. que, se aprovado o meu Requerimento seja encaminhado ao Sr. Presidente da República, ao Sr. Secretário da Agricultura e ao Sr. Secretário do Planejamento, eis que, como já disse a V. Exa., nós abordamos 4 itens que admitimos sejam valiosos subsídios para que o Sr. Governador e sua equipe possa iniciar se é que ainda não iniciou esta nossa preocupação que nos fez vir à Tribuna na tarde de hoje, para que o Litoral, que é a Região menos lembrada, a Região que menos progride no Paraná, seja estudada com carinho pelo Sr. Governador.

O Sr. Bersari Neto — V. Exa. permite um aparte? **(Assentimento).**

Em primeiro lugar, desejo cumprimentá-lo, porque V. Exa. que tem sido um grande batalhador dos problemas do Litoral, quando ocupa a Tribuna o faz com conhecimento e com profundidade, apontando os reclamos de uma

Região que merece realmente ser atendida nas suas reivindicações. E eu quero cumprimentar V. Exa. por estes quatro itens que ora V. Exa. apresenta como sugestão ao Governo do Estado.

Realmente, entendo também que além dos problemas portuários que estão longamente debatidos, especialmente em relação a Antonina, deve se pensar em levar para o Litoral outras atividades que possam independer do Porto. E neste sentido, entendo que deva também ser incrementado o estudo relativo ao aproveitamento das frutas cítricas, inclusive, de que isto pode ser industrializado e tenha a oportunidade de oferecer melhores condições para o Litoral, e que se desenvolva também um plano a exemplo do que fez o Governo do Estado de São Paulo no Vale da Ribeira, de tal maneira que possa realmente o Litoral contar com o progresso que todos nós desejamos. Quero pois, na oportunidade, cumprimentar V. Exa. por este trabalho, e espero que realmente não só a Secretaria do Planejamento como as outras Secretarias de Estado, receberão este trabalho de V. Exa. e terão, realmente, subsídios valiosos para a implantação do nosso Litoral.

Muito obrigado.

O SR. NELSON BUFFARA — Deputado Bersari Neto, honestamente, eu não esperava outro comportamento de V. Exa. como representante do Município de Antonina nesta Casa de Leis. V. Exa. tem demonstrado preocupação constante na solução dos problemas daquela Região. V. Exa. lembrou também como item do nosso discurso, o problema das frutas cítricas. Posteriormente, fiz esta solicitação, esta observação e encaminhei ao Governo do Estado, e apenas para repetir, outro tópico que eu considero também de alta relevância. E no que concerne ao Porto de Antonina, sabe V. Exa. que não podemos alimentar grandes esperanças para aquele porto. Razão pela qual temos que procurar outras soluções mais importantes e mais urgentes. Se nós nos mantivermos em termos de Porto de Antonina, talvez o Porto não sobreviva a esta crise que assola não só Antonina como todo Litoral, e mais especialmente a Região de Antonina. Razão pela qual, nós buscamos outras soluções. E eu tenho certeza que com estes meios modestos, somados ao prestígio de V. Exa. junto ao Governo do Estado e ao Governo Federal, o Paraná vai levar a curto prazo as soluções, à região do Litoral de que tanto necessita. — **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

(Pausa). Encontrando-se ausente o Sr. Deputado Gabriel Manoel, e não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 186-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 76-73, que objetiva considerar de Utilidade Pública a Fundação Cultural de Curitiba, entidade dotada de personalidade jurídica própria, com sede e foro nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 187-73, de autoria do Deputado Leopoldo Jacomet, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a "Instituição Fraternitas", com sede no Jardim Primavera das Laranjeiras, Município de Piraquara. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 195-73, de autoria do Deputado Domício Scaramella, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente São José Operário com sede e foro na cidade de União da Vitória. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 289-73, de autoria da Comissão Especial Criação do (FEPPA), que cria o Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar (FEPPA), com personalidade jurídica própria e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 180-73, de autoria do Deputado Quielise C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo transferir para jurisdição da Circunscrição de Trânsito do Município de Maringá, o serviço de trânsito dos Municípios de Itaguagê, Santa Inez e Santo Inácio. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 181-73, de autoria do Deputado Antônio Belinati, que cria aposentadoria ao final de carreira, aos Expedicionários da Marinha Mercante, Marinha de Guerra, Aeronáutica e Exército, que prestaram serviços ao Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., com EMENDA. — **Aprovado, com Emenda, artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 282-73, de autoria da Comissão Especial de Reforma da Lei do I.C.M., que introduz alterações na Lei n.º 6.364, de 29-12-72. (Lei Orgânica do I.C.M.). Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 282-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O inciso IX do art. 3.º da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, passa a ter a seguinte redação:

"IX — na saída de veículos, máquinas e aparelhos usados que tenham sido recebidos para comercialização e cujas entradas, regularmente registradas, não tenham sido oneradas pelo imposto, — 10% (dez por cento) do valor de que decorrer a saída".

Art. 2.º — Ficam introduzidas as seguintes alterações no art. 16 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972:

ALTERAÇÃO PRIMEIRA. O "caput" do art. 16 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 16 — Compete à Secretaria da Fazenda expedir instrução estabelecendo as normas para inscrição, alteração, paralização temporária e exclusão no Cadastro de que trata o artigo anterior, bem como os modelos dos respectivos documentos".

ALTERAÇÃO SEGUNDA. Fica suprimida, no § 1.º do art. 16 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, a seguinte expressão: "no qual se promovam operações tributáveis".

ALTERAÇÃO TERCEIRA. O prazo de que trata o § 5.º do art. 16 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, fica ampliado para 60 (sessenta) dias.

ALTERAÇÃO QUARTA. Fica suprimida, no texto do § 6.º do art. 16 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, a expressão "depositando, na ocasião, os blocos de notas fiscais não utilizados, para custódia até o reinício das atividades".

Art. 3.º — Fica incluído no art. 33 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, mais um parágrafo com a seguinte redação:

"§ 3.º — Para efeito de apuração dos saldos no Livro de Registro de Apuração do ICM e na Guia de Informação e Apuração serão desprezadas as frações de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) em relação aos itens "imposto a recolher" e "saldo credor".

Art. 4.º — O § 4.º do art. 40 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, passa a ter a seguinte redação:

"§ 4.º — Decorridos doze meses contados do mês da protocolização do pedido de restituição, sem que seja efetivamente recebida a importância a ser devolvida, ou identificada ao contribuinte a denegação do requerimento, poderá o interessado escripturar como crédito o respectivo valor, mencionando o número do protocolo correspondente".

Art. 5.º — Ficam introduzidas as seguintes alterações no art. 54 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972:

ALTERAÇÃO PRIMEIRA. O item 1 do § 1.º do art. 54 passa a ter a seguinte redação:

"1. EQUIVALENTE A 50% (CINQUENTA POR CENTO):

a) do valor do imposto a recolher, — ao contribuinte que deixar de pagar, no prazo previsto na legislação tributária, o total do imposto a recolher por ele declarado na Guia de Informação e Apuração a que se refere o § 3.º do art. 28;

b) da diferença entre o valor do imposto a recolher, declarado pelo próprio contribuinte na Guia de Informação e Apuração, e o imposto por ele pago, — ao sujeito passivo que efetuar o pagamento do tributo com insuficiência, até encerrar-se o processo administrativo-fiscal de rito sumário a que se refere o art. 57".

ALTERAÇÃO SEGUNDA. O item 3 do § 1.º do art. 54 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, passa a ter a seguinte redação:

"3. EQUIVALENTE AO VALOR DO CRÉDITO INDEVIDAMENTE UTILIZADO, sem prejuízo do respectivo estorno, ao sujeito passivo que utilizar crédito do imposto em desacordo com o disposto nesta Lei".

ALTERAÇÃO TERCEIRA. O § 3.º do art. 54 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, passa a ter a seguinte redação:

"§ 3.º — O valor mínimo das multas é de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), ressalvadas as hipóteses indicadas no inciso II e nas letras "a" e "b" do inciso I do art. 58, nas quais a penalidade mínima só prevalecerá após decorridos os prazos nesses dispositivos previstos sem que ocorra o pagamento do ICM com a multa reduzida aos valores permitidos".

ALTERAÇÃO QUARTA. Fica acrescido mais um parágrafo ao art. 54 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, com a seguinte redação:

"§ 5.º — As infrações e penalidades indicadas no § 1.º deste artigo serão lançadas em processo administrativo-fiscal de instrução contraditória, na forma do parágrafo único do art. 56, ressalvada a infração e multa prevista na letra "a" do item 1 do § 1.º deste artigo que será objeto de processo administrativo-fiscal cujo rito especial e sumário está determinado no artigo 57".

Art. 6.º — A letra "a" do item 32 do parágrafo único do art. 56 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, passa a ter a seguinte redação:

"a) "ex-offício" de decisão favorável ao contribuinte, desde que o montante do crédito tributário, objeto do processo administrativo-fiscal, seja superior a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), caso em que será formalizado através de manifestação obrigatória da autoridade administrativa competente, no final do ato decisório".

Parágrafo Único — Os recursos "ex-offício" de decisões prolatadas em processo administrativo-fiscal, em cujos autos se discuta crédito tributário igual ou inferior a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), pendentes de decisão definitiva, serão automaticamente encerrados e arquivados mediante despacho do Presidente do Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais do Estado do Paraná.

Art. 7.º — O art. 57 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 57 — Quando ocorrer a infração descrita na letra "a" do item 1 do § 1.º do art. 54, o processo administrativo-fiscal para cobrança do ICM e da multa obedecerá rito especial e sumário, em instância administrativa única, não cabendo, em consequência da declaração do próprio contribuinte na guia de que trata o § 3.º do art. 28, qualquer reclamação ou recurso.

§ 1.º — O processo administrativo-fiscal de rito sumário encerrar-se-á automaticamente:

1. — quando o infrator pagar o total do imposto a recolher, por ele declarado na Guia de Informação e Apuração do ICM, e a multa de que trata a letra "a" do item 1 do § 1.º do art. 54, com a redução cabível conforme o inciso II do art. 58;

2. — com o decurso do prazo de cento e vinte dias contados da data da expiração do prazo normal de pagamento, previsto na legislação tributária, do imposto lançado na conta gráfica de que trata o art. 32, sem que seja extinto o crédito tributário, caso em que este será imediatamente inscrito em dívida ativa do Estado;

3. — quando, decorrido o prazo de que trata o item anterior, tenha o contribuinte pago, fora do prazo normal, em relação ao período considerado, o total do imposto a recolher, por ele próprio declarado na Guia de Informação e Apuração e não tenha recolhido a quantia da multa descrita na letra "a" do item 1 do § 1.º do art. 54, caso em que o valor da pena, reduzido em função da data do pagamento do imposto, conforme o inciso II do art. 58, será imediatamente inscrito em dívida ativa do Estado;

4. — na ocasião em que for emitido auto de infração na forma indicada no parágrafo seguinte.

§ 2.º — Quando, vencido o prazo a que se refere o item 2 do parágrafo anterior, houver, em relação a Guia de Informação e Apuração do ICM, apresentada pelo próprio contribuinte, insuficiência no pagamento do imposto a recolher, relativo ao período considerado, o valor da diferença será lançado em auto de infração para o início de processo administrativo-fiscal de instrução contraditória, aplicando-se a pena descrita na letra "b" do item 1 do § 1.º do art. 54, incluindo-se, nesse lançamento, quando exigível:

1. — o valor correspondente à diferença entre a multa indicada na letra "a" do item 1 do § 1.º do art. 54, com a redução prevista no inciso II do art.

58, cabível em relação à data do pagamento insuficiente do ICM, e a multa paga na referida data; ou

2. — o valor da multa a que se refere a letra "a" do item 1 do § 1.º do art. 54 que deixou de ser recolhida na data do pagamento insuficiente do ICM, aplicando-se a redução de que trata o inciso II do art. 58, compatível com a data do referido pagamento".

Art. 8.º — Ficam incluídas as seguintes alterações ao artigo 58 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972:

ALTERAÇÃO PRIMEIRA. Os incisos I e II do art. 58 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, passam a ter a seguinte redação:

I — Nos procedimentos de instrução contraditória, para a imposição das multas previstas nos itens 2, 3, 5, 6, letras "b" e "c", e 7 do § 1.º do art. 54:

a) no prazo da reclamação, em 60% (sessenta por cento) do seu respectivo valor;

b) no prazo do recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, em 40% (quarenta por cento) do seu respectivo valor;

c) no prazo de trinta dias da intimação posterior à inscrição do crédito tributário em dívida ativa do Estado, em 20% (vinte por cento) do seu respectivo valor;

II — Nos procedimentos de rito especial e sumário (letra "a" do item 1 do § 1.º do art. 54 e art. 57):

a) até trinta dias contados da data da expiração do prazo de pagamento, para 5% (cinco por cento) do valor do imposto pago;

b) de trinta e um dias até sessenta dias contados da data referida na letra anterior, para 10% (dez por cento) do valor do imposto pago;

d) de noventa e um dias até cento e vinte dias a partir da data indicada na letra "a", para 40% (quarenta por cento) do imposto pago".

Alteração Segunda. O § 1.º do art. 58 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, passa a ter a seguinte redação:

"§ 1.º — Para obter a redução no valor da penalidade o sujeito passivo deverá, nos casos do inciso I deste artigo, pagar o total do imposto exigido e a parcela da multa reduzida".

Alteração Terceira. Fica revogado o parágrafo 3.º do art. 58 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972.

Art. 9.º O § 3.º do art. 59 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, passa a ter a seguinte redação:

"§ 3.º — Será providenciada imediatamente a inscrição do crédito tributário em dívida ativa do Estado quando ocorrer:

1. rescisão do acordo;

2. indeferimento de pedido de parcelamento nas modalidades previstas nos incisos II e IV do art. 60;

3. renúncia tácita do direito ao parcelamento deferido, em decorrência da falta de assinatura do interessado no termo de acordo relativo as modalidades indicadas no item anterior".

Art. 10. As letras b e c do inciso II do art. 60 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, passam a ter a seguinte redação:

b) total da multa correspondente à infração;

Art. 11. A exigibilidade e os correspondentes pagamentos dos tributos indicados nos artigos 1.º e 2.º da Lei n.º 5.223, de 28 de dezembro de 1965, em decorrência de lançamento, serão englobados e contabilizados na rubrica do imposto sobre vendas e consignações.

Art. 12. A correção monetária de créditos tributários originários de fatos geradores anteriores a 1.º de janeiro de 1972, somente alcançará a parcela do ICM não se aplicando as importâncias das penalidades.

Art. 13. A responsabilidade do agente de rendas não se estende aos pagamentos realizados diretamente junto aos estabelecimentos bancários autorizados, nos prazos regulares previstos na legislação tributária e correspondentes ao que for declarado, pelo próprio contribuinte, na Guia mensal de Informação e Apuração do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias.

Parágrafo único. Quando o agente de rendas for responsabilizado em função de pagamento insuficiente de crédito tributário, em relação aos recolhimentos efetivados através das agências de rendas, essa responsabilidade será elidida, automaticamente, na ocasião do lançamento das diferenças em processo administrativo-fiscal.

Art. 14. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Fica revogado o § 4.º do art. 2.º da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972.

Sala das Comissões, em 20 de novembro de 1973.

ANTONIO LOPES JUNIOR — Presidente

ERONDY SILVERIO — Relator

DOMICIO SCARAMELLA

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO

PROJETO DE LEI N.º 282-73

Autores — Deputados, Antonio Lopes Júnior, Erondy Silvério e Domicio Scaramella.

I) — A apresentação deste Projeto de Lei, ora sendo apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça, decorreu de um acurado estudo feito por uma Comissão de Deputados, os quais em permanente contato com a Secretaria da Fazenda procuraram aprimorar a sistemática do I.C.M.

Assim sendo, a modificação proposta vem ao encontro do interesse, tanto do Estado como das classes empresariais, permitindo melhor entrosamento entre o povo e o governo.

II) — Quanto ao aspecto legal ou constitucional, atribuição conferida a esta Comissão para opinar, nenhum impedimento existe que possamos apresentar ao Projeto.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 5-12-73.

as. ilegível — Presidente

IVO THOMAZONI — Relator

cinco as. ilegíveis.

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 287-73, de autoria do Dep. Jorge Sato, que denomina Grupo Escolar Parigot de Souza, o atual Grupo Escolar Alto da Glória, da cidade de Mandaguáçu. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

Projeto de Lei n.º 287-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominado "Grupo Escolar Parigot de Souza", o atual Grupo Escolar Alto da Glória, da cidade de Mandaguáçu.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1973.

(a) — Jorge Sato.

JUSTIFICATIVA:

Pretende-se pelo presente Projeto de Lei, denominar "Grupo Escolar Parigot de Souza" o atual Grupo Escolar Alto da Glória, da cidade de Mandaguáçu.

Pelo interesse demonstrado pelo ex-Governador pelos problemas educacionais do Estado, onde em sua administração a rede Estadual de Ensino foi consideravelmente ampliada, propiciando a população paranaense melhores condições de instrução, entendemos que a medida que ora propomos é das mais justas homenageando aquele que autorizou a construção do mencionado Grupo Escolar.

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO

Projeto de Lei n.º 287-73

1 — O plano de lei em foco, de autoria do ilustre deputado Jorge Sato, visa denominar "Grupo Escolar Parigot de Souza", o atual Grupo Escolar Alto da Glória, da cidade de Mandaguáçu.

2 — Justa e nobre a iniciativa do autor, que pretende homenagear tão ilustre homem público, o qual deixou inestimáveis serviços prestados em lutas bravas; onde deixou um legado de trabalho e dedicação em prol da terra paranaense.

3 — Pelas razões expostas e não havendo qualquer impedimento de ordem legal ou constitucional, somos pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 3 de abril de 1974.

as. ilegível — Presidente

PAULO CAMARGO — Relator

quatro as. ilegíveis

Comissão de Finanças

Projeto de Lei n.º 287-73

PARECER

Autor: Deputado Jorge Sato.

A iniciativa do autor é das mais oportunas, principalmente porque presta uma homenagem a um grande e ilustre paranaense que prestou inestimáveis serviços ao nosso Estado.

Nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em

as. ilegível — Presidente e Relator

duas as. ilegíveis

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 06-74, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 110-73, encaminhando anteprojeto de lei Complementar que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., com EMENDAS — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

MENSAGEM 110-73

Curitiba, 5 de dezembro de 1973.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de Lei Complementar que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado.

O Plano de Lei ora encaminhado a essa Augusta Assembléia Legislativa é grandemente significativo e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que virá dotar a Polícia Civil do Estado de um diploma legal básico plenamente capaz de ensejar expressiva dinamização das atividades públicas no setor da Segurança Pública.

Os estudos para elaboração do Estatuto da Polícia Civil do Estado, tiveram por base os mandamentos contidos no art. 56 da Carta Política Estadual, que preceituam:

"Art. 56. O Estatuto organizará a Polícia Civil, observado o seguinte:

I — carreiras em todas as categorias funcionais;

II — órgão colegiado específico, com atribuições, entre outras que a lei estabelecer, para controle:

a) do ingresso e acesso nas diversas carreiras;

b) do regime disciplinar.

III — integração da Escola de Polícia na Polícia Civil;

IV — provimento dos cargos de carreira de Delegado de Polícia por bacharel em direito, processando-se o ingresso na classe inicial mediante concurso público de provas e títulos inclusive nas sedes de comarca".

Assim, o projeto de lei em questão, define a estrutura básica da Polícia Civil, fazendo dela constar, conforme determina a Constituição, um órgão colegiado — o Conselho da Polícia Civil — com atribuições a serem definidas em decreto de regulamentação, nas quais deverão constar as de controle do ingresso e acesso nas diversas carreiras e do regime disciplinar. Por outro lado, é igualmente prevista, em obediência ao dispositivo constitucional, a integração da Escola de Polícia na estrutura da Polícia Civil.

O Plano de Lei em questão, estabelece, em título próprio, o "regime disciplinar" do pessoal da Polícia Civil, onde a matéria é devidamente detalhada estando em termos que assegurarão, sem qualquer dúvida, a aplicação do poder punitivo em processamento plenamente amoldado à moderna técnica e aos ditames da Lei.

O quadro básico proposto, dará à Polícia Civil o necessário elemento humano capaz de atender efetivamente a todos os setores policiais, mormente os do interior do Estado, hoje carentes desses recursos. Baseado em moderna sistemática, o Quadro de Pessoal foi elaborado em sintonia com as disposições legais e constitucionais aplicáveis à espécie, sendo previsto justo critério de enquadramento dos atuais funcionários policiais e assim como o provimento dos novos cargos que resultarem vagos mediante planos plurianual a ser aprovado pelo Executivo.

O Plano proposto adota também nova sistemática de fixação de vencimentos, bem mais simples e que garante um permanente equilíbrio hierárquico, pois, a remuneração dos cargos integrantes do quadro da Polícia Civil será fixada para cada classe com base nos vencimentos dos Delegados de Primeira Classe, observados os índices percentuais estabelecidos na tabela constante do Anexo II do anteprojeto.

Certo de que a Lei proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) — EMILIO GOMES — Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

TÍTULO I

Da Organização da Polícia Civil

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1.º — A Polícia Civil se integra no organismo da Secretaria de Segurança Pública, com vínculo de subordinação hierárquica ao respectivo Secretário de Estado.

Parágrafo único. São incumbências da Polícia Civil, em todo o território Estadual, a segurança e a manutenção da ordem pública e o exercício da Polícia Judiciária, com a prevenção, repressão e apuração das infrações penais, na forma estabelecida pela legislação em vigor.

Art. 2.º — A função policial, por suas características e finalidades, fundamenta-se na hierarquia e na disciplina.

Art. 3.º — São funcionários policiais civis os integrantes das carreiras previstas no Quadro da Polícia Civil.

Art. 4.º — Ressalvando o disposto nesta lei, o pessoal da Polícia Civil do Estado é regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado.

CAPÍTULO I

Dos Órgãos da Polícia Civil

Art. 5.º — São órgãos da Polícia Civil:

I — a Diretoria da Polícia Civil;

II — o Conselho da Polícia Civil;

III — a Corregedoria da Polícia Civil;

IV — a Escola da Polícia Civil;

V — o Centro de Operações Policiais Especiais;

VI — o Centro de Comunicações;

VII — o Instituto de Polícia Técnica;

VIII — o Instituto Médico Legal;

IX — o Instituto de Identificação;

X — as Divisões e Subdivisões Policiais, as Delegacias e Sub-delegacias de Polícia e outras unidades auxiliares.

Art. 6.º — O regulamento da Polícia Civil estabelecerá a estrutura, competência e funcionamento dos órgãos policiais, bem como as atribuições dos respectivos servidores.

Parágrafo único. Entre as atribuições que foram cometidas ao Conselho da Polícia Civil, deverão constar as de controle:

a) do ingresso e acesso nas diversas carreiras;

b) do regime disciplinar.

CAPÍTULO III

Das Autoridades Policiais, seus Agente e Auxiliares

Art. 7.º — São autoridades policiais:

I — o Diretor da Polícia Civil;

II — o Corregedor da Polícia Civil;

III — os Delegados de Polícia;

VI — os Suplentes de Delegado de Polícia, quando em exercício.

Art. 8.º — São Agentes da autoridade policial:

I — os Comissários de Polícia;

II — os Detetives;

III — os Investigadores Criminais;

IV — os Agentes de Segurança;

V — os Inspetores de Quarteirão.

Art. 9.º — São auxiliares da autoridade policial:

I — os Escrivães de Polícia;

II — os Motoristas Policiais;

III — os Radiocomunicadores;

IV — os Radiotécnicos;

V — no Instituto Médico Legal:

a) os Médicos Legistas;

b) os Químicos Legais;

c) os Toxicologistas;

d) os auxiliares de necrópsia;

e) os serventes de necrópsia.

VI — no Instituto de Polícia Técnica:

a) os Peritos Criminais;

b) os Peritos Policiais.

VII — no Instituto de Identificação:

a) os Datiloscopistas.

Art. 10 — Os agentes e auxiliares são subordinados diretamente às autoridades policiais perante as quais servirem, ou quando, na investigação criminal em que intervenha o trabalho policial de equipe, ficam subordinados à autoridade policial que preside ao procedimento formal.

TÍTULO II

Das Carreiras

Art. 11 — São carreiras policiais:

I — Delegado de Polícia;

II — Comissário de Polícia (em extinção);

III — Detetive;

IV — Investigador Criminal;

V — Agente de Segurança.

Art. 12 — São carreiras auxiliares:

I — Escrivão de Polícia;

II — Motorista Policial;

III — Médico Legista;

IV — Químico Legal;

V — Toxicologista;

VI — Perito Criminal;

VII — Perito Policial;

VIII — Datiloscopista;

IX — Auxiliar de Necrópsia;

X — Servente de Necrópsia;

XI — Radiocomunicador;

XII — Radiotécnico.

Art. 13 — O provimento de cargos da carreira de Delegados de Polícia é privativo de Bacharéis em Direito, processando-se o ingresso na classe inicial mediante concurso público de provas e títulos.

TÍTULO III

Das incompatibilidades, suspeições e hierarquia funcional.

CAPÍTULO I

Das incompatibilidades e suspeições

Art. 14 — Os Delegados de Polícia e Comissários de Polícia não poderão servir nas sedes de Comarca, nas quais o Juiz ou o Agente do Ministério Público seja seu cônjuge, ascendente, descendente ou colateral até ao terceiro grau, por consanguinidade ou afinidade.

§ único — Excetuam-se as unidades, órgãos ou serviços na Comarca da Capital do Estado.

Art. 15 — O Delegado de Polícia e o Comissário de Polícia, este quando designado para tal, dar-se-ão por impedidos de funcionar em inquérito em que qualquer das partes sejam parentes consanguíneos ou afins até terceiro grau; por suspeitos, se forem amigos íntimos ou inimigos de qualquer das partes ou tiverem interesse direto ou indireto na causa.

CAPÍTULO II

Da hierarquia funcional

Art. 16 — A disciplina policial civil fundamenta-se na subordinação hierárquica e funcional, no cumprimento das leis, regulamentos e normas de serviço.

§ único — A hierarquia da função prevalece sobre a hierarquia do cargo nos casos disciplinados neste Estatuto.

Art. 17 — A precedência, em cada órgão policial civil, é determinada pela colocação na respectiva escala hierárquica.

§ único — Havendo igualdade na classe, terá preferência:

I — o mais antigo nesta ou, quando a antiguidade for a mesma, o que registrar mais tempo de serviço na classe e, assim, sucessivamente até ao mais idoso e;

II — o policial civil do serviço ativo sobre o inativo.

Art. 18 — Não há relação de hierarquia entre os funcionários policiais civis e os dos órgãos de polícia científica.

§ único — Nos serviços em que intervier o trabalho de equipe, os funcionários da polícia científica ficam subordinados à autoridade policial competente.

TÍTULO IV

Do Regime Disciplinar

CAPÍTULO I

Dos deveres e das transgressões

Art. 19 — São deveres do funcionário policial civil:

I — Assiduidade;

II — pontualidade;

III — discreção;

IV — urbanidade;

V — lealdade às instituições constitucionais e administrativas;

VI — cumprimento das normas legais e regulamentares;

VII — obediência às ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

VIII — providenciar para que esteja sempre em ordem no assentamento individual, a sua declaração de família e a declaração de bens, esta para os funcionários que ocupam cargos de direção;

IX — levar ao conhecimento da autoridade policial superior, reservadamente quando necessário, mas sempre por escrito, irregularidade que tiver ciência em razão do cargo;

X — zelar pela economia e conservação do material que lhe for confiado ou sobre o qual exerça direta fiscalização;

XI — não utilizar para fins particulares, qualquer que seja o pretexto, material destinado à correspondência oficial;

XII — atender prontamente:

a) as requisições das autoridades judiciárias e do Ministério Público;

b) as determinações superiores no tocante a trabalhos policiais desenhados em horário fora do normal;

c) a expedição das certidões requeridas para defesa de direito;

XIII — observar o princípio de hierarquia funcional;

XIV — frequentar com assiduidade, cursos instituídos periodicamente pela Escola de Polícia, em que seja compulsoriamente matriculado.

XV — guardar sigilo sobre documentação ou investigação, de qualquer natureza, que possa mediata ou imediatamente, causar prejuízos à administração da justiça, a pessoas, entidades ou proporcionar embaraços à administração em geral;

XVI — zelar pelo bom nome e conceito da instituição policial civil, observando procedimento irrepreensível na vida pública ou particular e correção nos seus deveres para com a sociedade;

XVII — manter-se preparado física e intelectualmente para o cabal desempenho de sua função;

XVIII — concorrer, na esfera de suas atribuições, para a manutenção da ordem e segurança públicas;

XIX — comparecer à unidade, órgão ou serviço policial independentemente de convocação, quando tiver conhecimento de iminente perturbação da ordem ou em caso de calamidade pública;

XX — apresentar-se decentemente trajado em serviço e de forma condigna com a função e cargo desempenhados;

XXI — submeter-se à inspeção médica sempre que for determinado pela autoridade competente;

XXII — tomar providências preliminares em torno de ocorrência policial de que tenha conhecimento, independentemente de horário de serviço.

§ único. — A falta às aulas, dos cursos referidos no item XIV deste artigo equivalerá, para todos os efeitos, a ausência ao serviço, salvo se causada por motivo justo, comunicado e inequivocamente evidenciado em tempo hábil, através de prova idônea apresentada nas vinte e quatro horas imediatamente seguintes.

Art. 20 — É vedado ao funcionário policial:

I — participar de atividades político-partidárias, salvo se licenciado para tratar de interesses particulares;

II — recusar-se a aceitar encargos inerentes à classe, para os quais for designado, salvo os cargos de confiança ou as exceções previstas em Lei;

III — exercer cumulativamente dois ou mais cargos ou funções públicas, salvo aquelas permitidas neste Estatuto;

IV — quebrar o sigilo de assuntos policiais e de segurança, de modo a pre-

judicar o andamento de investigações ou outros trabalhos policiais ou de segurança;

V — retirar, modificar ou substituir, sem prévia autorização da autoridade competente qualquer documento de órgão policial, com o fim de criar direito ou obrigações ou de alterar a verdade dos fatos;

VI — valer-se de sua qualidade para melhor desempenhar atividades estranhas ou incompatíveis às funções ou para lograr proveito, direta ou indiretamente, por si ou por interposta pessoa, em detrimento da dignidade que contar na função;

VII — receber propinas, comissões, presentes e vantagens de qualquer espécie, em razão do cargo ou função;

VIII — cometer a pessoa estranha ao serviço policial civil, salvo nos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que lhe competir ou a seus subordinados.

Art. 21 — São transgressões disciplinares:

I — referir-se de modo depreciativo às autoridades e a atos da administração pública, qualquer que seja o meio empregado para esse fim, salvo quando em trabalho assinado apreciativo de atos dessas autoridades sob o ponto de vista doutrinário com ânimo construtivo;

II — divulgar, através da imprensa, escrita, falada ou televisionada, fatos ocorridos na repartição, propiciar-lhe a divulgação, bem como referir-se desrespeitosamente e depreciativamente às autoridades e a atos da administração, salvo a hipótese do fim do item anterior;

III — promover manifestação contra atos da administração ou movimentos de apreço a quaisquer autoridades;

IV — indispor funcionários contra os seus superiores hierárquicos ou provocar velada ou ostensivamente, animosidade entre os funcionários policiais;

V — deixar de pagar, com regularidade, as pensões a que esteja obrigado em virtude de decisão judicial;

VI — deixar de saldar dívidas legítimas;

VII — manter relações de amizade ou exibir-se em público com pessoas de notórios e desabonadores antecedentes criminais, salvo em razão do serviço;

VIII — praticar ato que importe em escândalo ou que concorra para comprometer a função policial;

IX — receber propinas, comissões, presentes ou auferir vantagens e proveitos pessoais de qualquer espécie e sob qualquer pretexto, em razão das atribuições que exerce;

X — retirar, sem prévia autorização de autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

XI — cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que lhe competir ou a seus subordinados;

XII — valer-se do cargo com o fim, ostensivo ou velado, de obter proveito de natureza político-partidária, para si ou terceiros;

XIII — participar da gerência ou administração de empresa qualquer que seja a natureza;

XIV — exercer comércio ou participar de sociedade comercial, salvo como acionista, cotista ou comanditário;

XV — praticar a usura em qualquer de suas formas;

XVI — pleitear, como procurador ou intermediário, junto à repartições públicas, salvo quando se tratar de vencimentos, vantagens e proventos de parentes até segundo grau;

XVII — faltar a verdade no exercício de suas funções;

XVIII — utilizar-se do anonimato para qualquer fim;

XIX — deixar de comunicar, imediatamente à autoridade competente, faltas ou irregularidades que haja presenciado ou de que tenha tido ciência;

XX — deixar de cumprir ou de fazer cumprir, na esfera de suas atribuições, as leis e os regulamentos;

XXI — deixar de comunicar à autoridade competente, ou a quem esteja substituindo, informação que tiver sobre iminente perturbação da ordem pública ou da boa marcha do serviço, tão logo disso tenha conhecimento;

XXII — dificultar ou deixar de levar ao conhecimento da autoridade competente, por via hierárquica e em vinte e quatro horas, queixa, representação, petição, recurso ou documento que houver recebido, se não estiver na sua alçada devolvê-los;

XXIII — negligenciar parte, queixa, representação ou inquérito policial;

XXIV — apresentar, maliciosamente, parte, queixa ou representação;

XXV — aconselhar ou concorrer para não ser cumprida qualquer ordem de autoridade competente, ou para que seja retardada a sua execução;

XXVI — simular doença para esquivar-se ao cumprimento de obrigação ou dever;

XXVII — provocar a paralização total ou parcial, de serviço policial, ou dela participar;

XXVIII — faltar ou chegar atrasado ao serviço ou deixar de participar com antecedência, à autoridade a que estiver subordinado, a impossibilidade de comparecer à repartição salvo motivo plenamente justificável;

XXIX — permutar o serviço sem expressa permissão da autoridade competente;

XXX — abandonar o serviço para o qual tenha sido designado;

XXXI — não se apresentar, sem motivo justo, ao fim de licença de qualquer natureza, férias ou dispensa de serviço, ou, ainda, depois de saber que qualquer delas foi interrompida por ordem legal ou superior;

XXXII — atribuir-se a qualidade de representante de qualquer repartição da Secretaria de Segurança Pública ou de seus dirigentes, sem estar expressamente autorizado;

XXXIII — contrair dívidas ou assumir compromissos superiores às suas possibilidades financeiras, comprometendo o bom nome da organização policial civil;

XXXIV — frequentar, sem razão de serviço, lugares incompatíveis com o decoro da função policial;

XXXV — fazer uso indevido da arma que lhe haja sido confiada para o serviço;

XXXVI — maltratar preso ou usar de violência desnecessária, no exercício da função policial;

XXXVII — permitir que presos conservem em seu poder instrumentos com que possam causar danos nas dependências a que estejam recolhidos, ou produzir lesões em terceiros;

XXXVIII — omitir-se no zelo da integridade física e moral dos presos sob sua guarda;

XXXIX — desrespeitar ou procrastinar o cumprimento de decisão ou ordem judicial, bem como crítica-la;

XL — dirigir-se ou referir-se a superior hierárquico, de modo desrespeitoso;

XLI — publicar, sem ordem expressa da autoridade competente, documen-

tos oficiais, embora não reservados, ou ensejar a divulgação do seu conteúdo, no todo ou em parte;

XLII — dar-se ao vício da embriaguez ou de substância que provoque dependência física ou psíquica;

XLIII — acumular cargos públicos, ressalvadas as exceções previstas neste Estatuto;

XLIV — deixar, sem justa causa, de submeter-se a inspeção médica determinada por lei ou pela autoridade competente;

XLV — deixar de concluir, nos prazos legais, sem motivo justo, inquéritos policiais ou disciplinares ou, quanto a estes últimos, como membro da respectiva comissão, negligenciar no cumprimento das obrigações que lhe são inerentes;

XLVI — prevalecer-se, abusivamente, da condição de funcionário policial;

XLVII — negligenciar a guarda de objetos pertencentes à repartição policial e que em decorrência da função ou para o seu exercício lhe haja sido confiados, possibilitando que os danifiquem ou extraviem;

XLVIII — dar causa, intencionalmente, ao extravio ou danificação de objetos pertencentes à repartição policial e que, para os fins mencionados no item anterior, estejam confiados à sua guarda;

XLIX — entregar-se à prática de vícios ou atos atentatórios aos bons costumes;

L — indicar ou insinuar nome de advogado para assistir pessoa presa que se encontra respondendo a processo ou inquérito policial;

LI — exercer, a qualquer título, atividade pública ou privada, profissional ou liberal, estranha à de seu cargo;

LII — lançar, em livros oficiais de registro, anotações, queixas, reivindicações ou quaisquer outras matérias estranhas à finalidades deles;

LIII — adquirir, para revenda, de associações de classe ou entidades beneficentes em geral, gêneros ou quaisquer outras mercadorias;

LIV — impedir ou tornar impraticável, por qualquer meio, na fase do inquérito policial e durante o interrogatório do indiciado, a presença de seu advogado;

LV — ordenar ou executar medida privativa da liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder;

LVI — submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou constrangimento não autorizado em lei;

LVII — deixar de comunicar imediatamente ao juiz competente a prisão em flagrante de qualquer pessoa;

LVIII — levar à prisão e nele observar quem quer que se proponha a prestar fiança permitida em lei;

LIX — cobrar carceragem, custas, emolumentos ou qualquer outra despesa, não autorizada em lei;

LX — praticar ato lesivo da honra ou do patrimônio da pessoa natural ou jurídica, com abuso ou desvio de poder ou sem competência legal;

LXI — atentar, com abuso de autoridade ou prevalecendo-se dela, contra a inviolabilidade de domicílio;

LXII — favorecer ou prejudicar alguém por evidente má fé no preencher Boletim de Merecimento ou retardar o andamento de papéis de promoção;

LXIII — dirigir-se à autoridade superior sem observância do princípio da hierarquia.

CAPÍTULO II Da Responsabilidade

Art. 22 — Pelo exercício irregular de suas atribuições, o funcionário policial responde, civil, penal e administrativamente.

Art. 23 — A responsabilidade civil decorre de procedimento doloso ou culposos que importe em prejuízo da Fazenda Estadual ou de terceiros.

§ — A indenização de prejuízo causado à Fazenda Estadual será liquidada mediante desconto em prestações mensais não excedentes de dez por cento do vencimento, à mingua de outros bens que por ela respondam e a ser cobrada após o término do processo disciplinar, independente de qualquer procedimento judicial.

§ 2.º — Tratando-se de dano causado a terceiro, responderá o funcionário policial perante a Fazenda Estadual em ação regressiva proposta depois de transitado em julgado a decisão que condenar o Estado a indenizar o terceiro prejudicado.

Art. 24 — A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputados ao funcionário policial nessa qualidade.

Art. 25 — A responsabilidade administrativa resulta de ato ou omissão no desempenho do cargo ou função.

Art. 26 — As cominações civis, penais e disciplinares poderão cumular-se, sendo umas e outras independentes entre si, bem assim, as instâncias civil, penal e administrativa.

Art. 27 — O pessoal da Polícia Militar ou de outro órgão, em execução de policiamento ou posto à disposição dos Delegados, ficará funcionalmente subordinado à autoridade policial competente, obrigando-se a cumprir-se as ordens e sujeitando-se às disposições regulamentares concernentes à execução dos serviços policiais respectivos.

Art. 28 — Cabe à autoridade policial responsável pelo serviço, comunicar ao órgão competente as faltas disciplinares cometidas por policiais fardados postos à sua disposição ou que estejam a ela vinculados em função do serviço executado.

§ 1.º — A configuração e graduação da pena, de acordo com os regulamentos respectivos específicos de cada órgão, caberá ao chefe hierárquico do transgressor que sobre este tenha competência disciplinar.

§ 2.º — O Conselho Superior de Polícia será o órgão competente para dirimir controvérsias ou conhecer de recursos nos casos previstos neste artigo.

Art. 29 — Cometerá falta de natureza grave o superior hierárquico que dificultar, impedir ou de alguma forma frustrar a aplicação de penalidade disciplinar.

CAPÍTULO III Das Penas Disciplinares

Art. 30 — São penas disciplinares:

I — advertência;

II — repreensão;

III — suspensão;

IV — detenção disciplinar;

V — destituição de função e ou remoção compulsória;

VI — demissão;

VII — cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

Art. 31 — Constitui circunstância que exclui sempre a pena disciplinar a não exigibilidade de outra conduta do funcionário policial.

Art. 32 — São circunstâncias que sempre atenuam a pena:

I — ter o transgressor procurado diminuir as consequências da falta ou haver, antes da pena, reparado o dano e,

II — ter o transgressor confessado espontaneamente a falta perante a autoridade sindicante ou processante, de modo a facilitar a apuração daquela.

Art. 33 — São circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam outra transgressão disciplinar:

I — reincidência específica;

II — prática da transgressão durante a execução de serviço policial ou em prejuízo deste;

III — coação, instigação ou determinação para que outro funcionário policial subordinado ou não, pratique a transgressão ou dela participe;

IV — impedir ou dificultar, de qualquer maneira, a apuração da falta funcional cometida;

V — concurso de dois ou mais agentes na prática da transgressão.

Art. 34 — As penas de advertência e de repreensão, que serão sempre aplicadas por escrito e deverão constar do assentamento individual do funcionário policial, destinam-se às faltas que, não sendo expressamente objeto de qualquer outra sanção, sejam a critério da administração policial, consideradas de natureza leve.

§ único — Serão outrossim, punidas com pena de repreensão as transgressões disciplinares previstas nos itens V — XVII — XIX — XXII — XXIII — XXIV — LIII e LIV do artigo 21 desta lei.

Art. 35 — A pena de suspensão, que não excederá de noventa dias, será aplicada em caso de falta grave ou reincidência.

§ único — Para os efeitos deste artigo, são de natureza grave as transgressões disciplinares previstas nos itens I — II — III — VI — VII — VIII — X — XVIII — XX — XXI — XXV — XXVI — XXVIII — XXIX — XXXI — XXXII — XXXIII — XXXIV — XXXVI — XXXVIII — XL — XLI — XLIV — XLV — XLVI — XLVIII — LV — LVI — LVIII — LIX — LXII — LXIII e LXIV do artigo 21 desta lei.

Art. 36 — Além do procedimento judicial que couber, serão considerados como de suspensão os dias em que o funcionário deixar de atender às convocações do júri sem motivo justificado.

Art. 37 — Tendo em vista a natureza da transgressão, as circunstâncias em que foi praticada e a sua repercussão, a pena de suspensão até trinta dias poderá ser convertida em detenção disciplinar até quinze dias, mediante ordem por escrito do Secretário de Segurança Pública.

§ Único — A detenção disciplinar, que não acarrete a perda dos vencimentos, será cumprida:

I — na residência do funcionário policial, quando não exceder a quarenta e oito horas;

II — em sala especial, na sede da Polícia Civil quando se tratar de ocupante de cargo em comissão ou função gratificada, ou funcionário policial ocupante de cargo para cujo ingresso ou desempenho seja exigido diploma de nível universitário;

III — em sala especial na Delegacia quando se tratar de funcionário policial nela lotado;

IV — em sala especial do órgão ou serviço, nos demais casos.

Art. 38 — A ordem de detenção disciplinar será entregue ao funcionário policial, por ela atingido, onde quer que ele se encontre, por funcionário de igual ou superior categoria, nele devendo constar:

I — o nome ou assinatura da autoridade que determinou a detenção;

II — motivo gerador da detenção;

III — o prazo de sua duração.

Art. 39 — Recebida a ordem de detenção disciplinar, o funcionário policial punido nela afora o seu ciente consignando dia, hora e local em que a recebeu, permanecendo cópia da ordem em seu poder.

§ 1.º — O período de detenção começará a correr do momento em que o funcionário policial for recolhido à repartição em que deva cumprir a penalidade.

§ 2.º — Tratando-se de detenção disciplinar não superior a quarenta e oito horas, a partir do momento em que for recolhido à sua residência, ou, se nela já se encontrar, a contar da ciência.

Art. 40 — Durante o período de detenção disciplinar, cumprido na sua residência, o funcionário policial somente poderá ausentar-se mediante expressa autorização de quem aplicar a penalidade.

§ Único — O desatendimento do previsto neste artigo importará em perda da regalia e recolhimento à repartição em que, de acordo com a sua situação funcional, deva permanecer, até que seja cumprida integralmente a pena que lhe for imposta.

Art. 41 — Recolhido ao local em que deva cumprir a detenção disciplinar, o funcionário policial dele não poderá ausentar-se, a qualquer pretexto, nem ser incumbido de qualquer atividade, sob pena de responsabilidade de quem indevidamente o permitir.

§ Único — Durante o período de detenção, o funcionário poderá receber visitas de familiares, em horas determinadas, de modo a não perturbar o expediente normal do órgão, unidade ou serviço.

Art. 42 — O funcionário policial que, recebendo ordem de detenção disciplinar, se recusar a cumpri-la, praticará, com esse ato, transgressão configurada de insubordinação grave, sujeita a pena de demissão, a ser apurada em inquérito disciplinar regular, cuja instauração será de imediato determinada pela autoridade competente.

Art. 43 — O período de cumprimento da pena de detenção disciplinar não será computado para nenhum efeito.

Art. 44 — A destituição de função ou a remoção compulsória terão por fundamento a falta de exação no cumprimento do dever, ou a constatada na incompatibilidade do funcionário policial de permanecer no exercício de suas atividades em determinado órgão ou localidade.

Art. 45 — A pena de demissão será aplicada quando se caracterizar:

I — crimes contra os costumes ou contra o patrimônio, que, por sua natureza e configuração, sejam considerados como infamantes de modo a incompatibilizar o funcionário policial para o exercício da função ou cargo;

II — crime contra a administração pública;

III — lesão aos cofres públicos e delapidação do patrimônio estadual;

IV — ofensa física em serviço contra funcionário ou particular, salvo em legítima defesa;

V — aplicação irregular de dinheiros públicos;

VI — insubordinação grave em serviço;

VII — revelação de segredo que o funcionário conheça em razão do cargo;

VIII — abandono do cargo, como tal entendida a ausência do serviço, sem causa justificada, por mais de trinta dias consecutivos;

IX — falta ao serviço por sessenta dias interpolados, sem causa justificada, durante o período de doze meses;

X — transgressão dos itens IV — IX — XI — XII — XIII — XIV — XV

— XVI — XXVII — XXXV — XXXVII — XXXIX — XLII — XLIII — XLVII — XLIX — L — LI — LII — LVII — LX — LXI, do artigo 21 desta lei.

§ Único — Poderá ser ainda, aplicada a pena de demissão, ocorrendo contumácia na prática de transgressões disciplinares, qualquer que seja a natureza.

Art. 46 — O ato originador da demissão do funcionário policial mencionará, sempre, a causa da penalidade.

Art. 47 — A aplicação de penalidades pelas transgressões disciplinares constantes deste Estatuto não exime o funcionário policial da obrigação de indenizar o Estado pelos prejuízos causados.

Art. 48 — Atenta a gravidade da falta, a demissão poderá ser aplicada com a nota "a bem do serviço público" a qual constará sempre dos atos de demissão, fundada nos itens I, II, III, V e VII do artigo 45 e nos itens IX, XLII e L do artigo 21 desta lei.

Art. 49 — Será cassada a aposentadoria ou disponibilidade se ficar provado que o inativo:

- I — praticou falta grave no exercício do cargo ou função;
- II — aceitou ilegalmente cargo ou função pública;
- III — aceitou representação de Estado estrangeiro sem prévia autorização do Presidente da República;
- IV — praticou usura em qualquer de suas formas.

§ Único — Será igualmente cassada a disponibilidade ao funcionário policial que não assumir o exercício do cargo ou função em que for aproveitado.

CAPÍTULO IV

Da Competência para Imposição de Penalidade

Art. 50 — Para imposição de pena disciplinar são competentes:

- I — o Governador do Estado, nos casos de demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade de funcionário policial civil;
- II — o Secretário de Segurança Pública no caso de detenção disciplinar;
- III — o Conselho da Polícia Civil, ex-offício ou em grau recursal, no caso de suspensão até noventa dias;
- IV — o Diretor da Polícia Civil, no caso de suspensão até sessenta dias, destituição de função e remoção compulsória;
- V — os Delegados Divisionais, especializados, das Delegacias de Primeira, Segunda, Terceira e Classe Especial, Diretores de Institutos Técnico-Científicos, Escola de Polícia, nos casos de advertência e repreensão, bem como suspensão até cinco dias.

Art. 51 — Da pena aplicada será dado conhecimento ao setor do pessoal da Divisão Administrativa da Polícia Civil para as anotações cabíveis.

CAPÍTULO V

Da Sindicância

Art. 52 — A sindicância, que precederá a imposição das penas de repreensão, suspensão, destituição de função e remoção compulsória, consiste na investigação sumária de fato constitutivo de transgressão disciplinar

Art. 53 — A autoridade policial que tomar conhecimento de transgressões disciplinares, praticadas por funcionário que lhe seja subordinado, instaurará de imediato a sindicância, mediante portaria, anexando a esta a documentação pertinente e a prova material da transgressão, se houver, e determinará a citação do indiciado para o interrogatório, com o prazo de três dias.

§ 1.º — Se o funcionário que cometeu a transgressão não estiver sob a sua subordinação, a autoridade comunicará o fato à que for competente.

§ 2.º — Na sindicância serão ouvidas até cinco testemunhas, após ser interrogado o indiciado o qual, encerrada a inquirição, poderá apresentar, no prazo de quarenta e oito horas, defesa escrita, juntando documentos e arrolando até mais cinco testemunhas, observado o disposto no artigo 59, §§ 2.º, 3.º, e 4.º desta lei.

§ 3.º — Apresentada a defesa escrita e ouvidas as testemunhas de defesa, se houver, a autoridade proferirá a decisão, em três dias, na qual poderá:

I — inocentar o indiciado, com recursos necessários, para o Conselho da Polícia Civil;

II — impor ao indiciado a pena disciplinar cabível, observado o disposto nos artigos 34, 35 e 50 deste Estatuto.

§ 4.º — Se a sindicância for instaurada pelo Corregedor da Polícia Civil, será remetida para decisão ao Diretor da Polícia Civil.

§ 5.º — Se a transgressão for dependente de inquérito disciplinar, a autoridade remeterá a sindicância ao Conselho da Polícia Civil, **ad referendum** do titular da Secretaria de Segurança Pública.

CAPÍTULO VI

Processo Disciplinar

Art. 54 — O processo disciplinar precederá à aplicação das penas de demissão e cassação de aposentadoria e disponibilidade, destinando-se, ainda, a apurar a responsabilidade de funcionário policial por danos de origem culposa ou dolosa, causados à Fazenda Estadual.

Art. 55 — Compete ao Conselho da Polícia Civil a instauração de processo disciplinar, ex officio, mediante representação fundamentada ou por provocação de qualquer autoridade policial, através de sindicância.

§ 1.º — Promoverá o processo a Comissão Permanente de Disciplina que for sorteada.

§ 2.º — Haverá até três comissões permanentes de disciplina, presididas sempre por um Delegado de Polícia, designado pelo Conselho da Polícia Civil, sem prejuízo das respectivas funções.

Art. 56 — O Presidente da Comissão designará o Secretário, dando conhecimento à Diretoria da Polícia Civil, para efeito de anotações.

§ 1.º — Os membros das comissões permanentes de disciplina terão o mandato de seis meses, podendo ser reconduzidos.

§ 2.º — Por motivo relevante, o Conselho da Polícia Civil poderá substituir qualquer membro de Comissão Permanente de Disciplina, com recurso necessário para o Secretário de Segurança Pública.

§ 3.º — No caso do parágrafo anterior, o substituto completará o mandato do substituído.

Art. 57 — O Conselho da Polícia Civil, ex officio ou mediante proposta da Comissão Permanente de Disciplina, poderá suspender preventivamente o indiciado em procedimento disciplinar, com perda de um terço dos vencimentos, por prazo não superior a sessenta dias.

§ Único — Nas transgressões em que a pena aplicável seja a de demis-

são, o funcionário policial poderá ser afastado do exercício de seu cargo, em qualquer fase do processo disciplinar, até decisão final.

Art. 58 — O funcionário policial terá o direito:

I — à contagem do tempo de serviço relativo ao período em que tenha estado preso ou suspenso preventivamente, quando do processo disciplinar não houver resultado pena disciplinar ou esta se limitar à repreensão;

II — à contagem do período de afastamento que exceder do prazo de suspensão disciplinar aplicada;

III — à contagem do período de prisão administrativa ou suspensão preventiva e ao pagamento do vencimento e de todas as vantagens do exercício, desde que reconhecida a sua inocência.

Art. 59 — A Comissão Permanente de Disciplina procederá a todas as diligências necessárias ao esclarecimento da verdade, recorrendo, quando for o caso, a técnicos ou peritos oficiais.

§ 1.º — O número de testemunhas não excederá de seis, excluídas as informantes e referidas, podendo o indiciado arrolar igual número.

§ 2.º — As testemunhas serão inquiridas pelo Presidente da Comissão e, em seguida, pelos demais membros.

§ 3.º — Na redação dos depoimentos a Comissão deverá cingir-se, o máximo possível, às expressões usadas pelas testemunhas, reproduzindo fielmente o que elas disserem.

§ 4.º — A Comissão poderá indeferir diligências requeridas pelo indiciado, se desnecessárias ou protelatórias.

Art. 60 — Nenhum funcionário policial poderá recusar-se a prestar depoimento, ser acareado ou executar trabalho de sua competência, solicitados pela Comissão Permanente de Disciplina, salvo impossibilidade devidamente comprovada.

Art. 61 — A Comissão Permanente de Disciplina poderá solicitar às autoridades policiais, a adoção de meios compulsórios para o comparecimento de testemunhas que devam depor ou ser acareadas e a isso se recusem.

Art. 62 — Verificando a Comissão Permanente de Disciplina configurar-se fato que tipifique ilícito penal, encaminhará ao Diretor da Polícia Civil as peças necessárias à instauração do respectivo inquérito policial.

Art. 63 — O prazo para a conclusão do inquérito disciplinar será de trinta dias, contados da citação do indiciado, prorrogável, pelo Conselho da Polícia Civil, até o máximo de noventa dias.

§ Único — No caso do artigo 55, o inquérito disciplinar deverá ser concluído e apreciado pelo Conselho da Polícia Civil no tempo correspondente à duração da suspensão do indiciado, improrrogavelmente.

Art. 64 — Quando houver dúvida sobre a integridade mental do indiciado, será ele submetido a exame médico legal por junta médica do Instituto Médico Legal.

§ Único — Se reconhecida a inimizabilidade do indiciado, servirá o procedimento disciplinar para instruir o processo de aposentadoria compulsória, se for o caso.

Art. 65 — O indiciado será citado pessoalmente para ser interrogado sobre as causas da indicição, em data previamente designada, com prazo mínimo de cinco dias, durante o qual poderá examinar os autos do procedimento disciplinar.

Art. 66 — Achando-se o indiciado em lugar incerto ignorado ou inacessível, far-se-á a citação por edital, publicado no Diário Oficial do Estado, com o prazo mínimo de dez dias a contar da publicação.

Art. 67 — O indiciado poderá apresentar defesa prévia e arrolar testemunhas, dentro de três dias após o interrogatório.

§ 1.º — A juntada de documentos será permitida a qualquer tempo, até as alegações finais.

§ 2.º — Ao indiciado revel será nomeado defensor.

§ 3.º — Em qualquer fase do inquérito disciplinar será permitida a intervenção de defensor constituído.

§ 4.º — A intimação para os atos posteriores ao interrogatório poderá ser feita na pessoa do defensor, facultando-se a este representar o indiciado durante a inquirição de testemunhas.

Art. 68 — Concluída a instrução, o indiciado terá cinco dias para as alegações finais.

Art. 69 — Findo o prazo do artigo anterior, a Comissão Permanente de Disciplina, dentro de cinco dias, remeterá os autos de inquérito ao Conselho da Polícia Civil, com relatório conclusivo especificando as disposições legais transgredidas e as providências ou penalidades cabíveis.

Art. 70 — O Conselho da Polícia Civil, no prazo de dez dias, proferirá decisão fundamentada.

Art. 71 — O relatório conclusivo a que se refere o artigo 69, em relação a cada indiciado conterá:

I — síntese das acusações formuladas inicialmente;

II — fatos apurados durante a instrução;

III — síntese das razões de defesa e sua apreciação;

IV — conclusão, na qual se pronunciará pela inocência ou pela responsabilidade do indiciado indicando, se a hipótese for esta última, a disposição legal ou regulamentar transgredida.

Art. 72 — A Comissão Permanente de Disciplina poderá, ainda, sugerir quaisquer providências que se apresentem adequadas ou de interesse para o serviço, bem como apontar fatos que, tendo chegado ao seu conhecimento no curso da instrução, devam ser apurados em outro processo.

§ 1.º — Uma via de inquérito permanecerá nos arquivos da Comissão, e a outra nos arquivos do Conselho da Polícia Civil e conterão a relação discriminada da documentação fotográfica e demais elementos de prova colhidos durante a instrução, sempre que não seja possível juntá-los por cópia, fotocópia, termofax, reprodução fotográfica, etc.; devidamente autenticados, especificando-se, outrossim, o número de folhas em que tais elementos constavam nos autos originais.

§ 2.º — Decorridos cinco anos, após o encerramento do inquérito disciplinar, as vias referidas nos parágrafos anteriores serão, para os devidos fins, remetidas ao Arquivo Público.

§ 3.º — A Corregedoria da Polícia Civil, por sua vez e para controle, prontuária a cópia em poder da Comissão.

Art. 73 — O funcionário policial civil só poderá ser exonerado, a pedido, após conclusão absolutória de procedimento disciplinar a que responder.

Art. 74 — Se a transgressão for praticada em concurso, entre funcionário policial e funcionário estranho à Polícia Civil, o Conselho da Polícia Civil comunicará o fato e suas circunstâncias à Secretaria de Estado ou órgão a que pertencer o último, para as medidas administrativas cabíveis.

Art. 75 — Autuado em flagrante ou indiciado em inquérito policial pela prática de crime previsto no artigo 46, a autoridade policial remeterá cópia das respectivas peças ao Conselho da Polícia Civil, para instauração do inquérito disciplinar.

CAPÍTULO VII
Dos Recursos

Art. 76 — Da imposição de pena disciplinar caberá recurso, no prazo de cinco dias, contados da intimação:

I — para o Secretário de Segurança Pública das decisões do Diretor da Polícia Civil e do Conselho da Polícia Civil;

II — para o Conselho da Polícia Civil, das decisões de Delegados de Polícia em geral, Diretores dos Institutos Científicos e Técnicos, Escola de Polícia e dos Chefes de outros órgãos ou serviços observado o disposto no artigo 53, parágrafo 3.º, item I.

§ único — A autoridade que impuser a sanção disciplinar poderá, atendidas as condições especiais do caso concreto, ao receber o recurso dar-lhe efeito suspensivo.

CAPÍTULO VIII
Da Prisão Administrativa

Art. 77 — Cabe a prisão administrativa ao funcionário policial civil responsável por dinheiro, valores e bens pertencentes à Fazenda Estadual, ou que se acharem sob a guarda desta, no caso de dano, alcance, desvio ou omissão no recolhimento, no prazo devido, devendo ser ordenada pelo Diretor da Polícia Civil, Diretores de Institutos Técnicos e Científicos e Escola de Polícia, e, em casos urgentes pelos Delegados em geral, mediante despacho fundamentado.

§ 1.º — A prisão será comunicada, imediatamente, à autoridade judiciária e ao Conselho da Polícia Civil, que instaurará o processo disciplinar.

§ 2.º — A prisão administrativa não excederá de noventa dias, e, enquanto durar, o funcionário policial civil perderá um terço dos vencimentos.

CAPÍTULO IX
Da Revisão do Processo Disciplinar

Art. 78 — Durante o prazo de cinco anos, contado a partir da decisão final, poderá ser promovida a revisão de processo disciplinar.

§ 1.º — Não constitui fundamento para a revisão a simples alegação de injustiça de penalidade.

§ 2.º — Será indeferido *in limine* o pedido, se não contiver a indicação de provas ainda não apuradas.

§ 3.º — A revisão poderá ser requerida pelo cônjuge, descendente, ascendente ou irmão do funcionário, se este houver falecido ou for declarado ausente.

Art. 79 — O pedido será dirigido ao Conselho da Polícia Civil que designará, para proceder a revisão, Comissão Revisora, observado, quanto à composição, o disposto no artigo 55, § 2.º desta lei.

§ único — Não poderá ser membro da Comissão Revisora quem tiver participado da Comissão Permanente de Disciplina vinculada ao procedimento disciplinar em revisão.

Art. 80 — Apensado o pedido ao inquérito disciplinar a ser revisto, terá início, dentro de dez dias, a produção das provas indicadas pelo requerente, em prazo não superior a trinta dias.

§ 1.º — Concluída a instrução, será aberta vista ao requerente, pelo prazo de cinco dias, para alegações.

§ 2.º — Decorrido o prazo do parágrafo anterior, a Comissão Revisora, dentro de cinco dias, encaminhará o inquérito, com relatório conclusivo, ao Conselho da Polícia Civil.

§ 3.º — Com o parecer final do Conselho da Polícia Civil, que deverá ser proferido no prazo de oito dias, será o processo submetido a julgamento da autoridade competente.

Art. 81 — Julgada procedente a revisão, tornar-se-á sem efeito a penalidade imposta, com pleno ressarcimento dos direitos por ela atingidos.

CAPÍTULO X
Da Prescrição

Art. 82 — Prescreverá:

I — em dois anos, a transgressão punível com pena de repreensão ou suspensão;

II — em quatro anos, a transgressão punível com cassação de aposentadoria ou disponibilidade;

III — em cinco anos, a transgressão punível com a pena de demissão.

Art. 83 — O prazo de prescrição contar-se-á da data em que a transgressão se consumou.

§ 1.º — Nos casos de transgressões permanentes ou continuadas, o prazo de prescrição contar-se-á do dia em que cessou a permanência ou a continuação.

§ 2.º — Quando ocorrerem circunstâncias que impeçam o imediato conhecimento da existência da transgressão, o termo inicial da prescrição será o dia em que a autoridade competente dela tomar conhecimento.

§ 3.º — A transgressão também prevista na lei penal como crime, prescreverá no mesmo prazo deste.

§ 4.º — A citação do indiciado interrompe o curso do prazo prescricional.

TÍTULO V
Das Disposições Gerais

Art. 84 — Os integrantes das carreiras policiais terão regime especial de trabalho, em bases de vencimentos fixados por lei, levando-se em conta a natureza específica das funções e condições para o seu exercício, os riscos a ela inerentes, a irregularidade dos horários de trabalho, sujeitos a plantões noturnos e chamados a qualquer hora, bem como a proibição legal do exercício de outras atividades remuneradas.

§ 1.º — Os horários normais de trabalho serão fixados em regulamento.

§ 2.º — Para os serviços realizados em forma de rodízio ou dependentes de escala, o horário de trabalho, bem como os períodos de descanso, serão fixados na medida das necessidades do serviço policial e da natureza das funções.

Art. 85 — A lotação dos Servidores da Polícia Civil poderá ser em qualquer das regiões do Estado, não havendo distinção entre uma e outra para efeito de concessão de vantagens.

Art. 86 — Nenhum funcionário da Polícia Civil poderá desempenhar atribuições diversas das pertinentes à classe a que pertence, salvo se se tratar de cargo em comissão.

Parágrafo Único — Apurado que o funcionário policial tenha sido desviado de função sem observância dos preceitos da lei, o Conselho da Polícia Civil organizará processo próprio e sugerirá as medidas e sanções cabíveis, inclusive à autoridade que houver permitido.

Art. 87 — A gratificação pela prestação de serviço em regime de tempo integral e dedicação exclusiva será calculada com base nos respectivos vencimentos básicos.

§ 1.º — A gratificação de que trata este artigo será computada, para efeito de cálculo de proventos de aposentadoria do pessoal da Polícia Civil, à razão de um trinta e cinco avos e em um trinta avos por ano de efetiva permanência nesse regime, para funcionários dos sexos masculino e feminino, respectivamente, observada a legislação em vigor.

§ 2.º — Para os efeitos da incorporação de que trata o parágrafo anterior, poderão ser computados os períodos em que o funcionário policial civil tenha percebido gratificação pela prestação de serviços extraordinários.

Art. 88 — As promoções do pessoal da Polícia Civil do Estado processar-se-ão na base dos critérios previstos no Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado, na proporção de dois terços por merecimento e um terço por antiguidade.

Art. 89 — Serão instituídas por Decreto do Poder Executivo, as Medalhas Tiradentes, conferidas a policiais nacionais ou estrangeiros que houverem prestado serviços notáveis à organização policial ou que se hajam distinguido no exercício da profissão e a de Serviços Relevantes à Polícia Civil, destinada a condecorar personalidades nacionais ou estrangeiras que, no campo de suas atividades relacionadas com a ordem pública tiveram destacada atuação.

Art. 90 — O disposto na presente lei, não determinará em caso nenhum, modificação na retribuição do pessoal inativo, que continuará tendo por base de cálculo de seus proventos o símbolo ou nível que era atribuído ao cargo na data de sua aposentadoria.

TÍTULO VI
Das Disposições Transitórias

Art. 91 — O Quadro da Polícia Civil do Estado é o constante do Anexo I, desta Lei.

Parágrafo Único — Os cargos vagos na data da vigência desta Lei serão preenchidos através de plano plurianual a ser aprovado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 92 — Os vencimentos dos cargos integrantes do Quadro da Polícia Civil serão fixados para cada classe com base nos vencimentos de Delegado de Polícia Primeira Classe, observados os índices percentuais estabelecidos na Tabela de Escalonamento Vertical contida no Anexo II, desta Lei.

Parágrafo Único — Os vencimentos dos cargos de Delegado de Polícia de Primeira Classe são fixados em Cr\$ 2.360,00 (dois mil trezentos e sessenta cruzeiros), a partir de 1.º de janeiro de 1974.

Art. 93 — O enquadramento do Pessoal no novo Quadro da Polícia Civil processar-se-á, automaticamente, na forma prevista no Anexo III, desta Lei.

Parágrafo Único — Se na aplicação do disposto neste artigo, o atual número de cargos integrantes das diferentes carreiras for maior que o previsto nesta Lei, estes serão mantidos em tantos quantos forem necessários, até que através das promoções e acessos ocorra o equilíbrio entre os cargos fixados e ocupados.

Art. 94 — Ficam criados na Diretoria da Polícia Civil os seguintes cargos de provimento em comissão:

- 1 (um) Corregedor — Símbolo 2-C;
- 1 (um) Assessor — Símbolo 3-C;
- 1 (um) Assistente — Símbolo 4-C;
- 1 (um) Oficial de Gabinete — Símbolo 9-C;
- 1 (um) Assistente — Símbolo 4-C.

Art. 95 — Os anexos que fazem parte integrante desta Lei são alteráveis por lei ordinária, observadas as formalidades específicas.

Art. 96 — As vantagens financeiras decorrentes desta Lei serão devidas a partir de 1.º de janeiro de 1974.

Art. 97 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I (UM)

QUADRO DE PESSOAL DA POLÍCIA CIVIL

Carreiras	Classes	N.º de Cargos	Acesso
Delegado de Polícia	1.a Classe	20	
Delegado de Polícia	2.a Classe	40	
Delegado de Polícia	3.a Classe	60	
Delegado de Polícia	4.a Classe	80	
		200	
Detetive	1.a Classe	07	
Detetive	2.a Classe	14	
Detetive	3.a Classe	22	
Detetive	4.a Classe	29	
		72	
Investigador	1.a Classe	07	
Investigador	2.a Classe	14	
Investigador	3.a Classe	22	
Investigador	4.a Classe	29	
		72	
Agente de Segurança	1.a Classe	100	
Agente de Segurança	2.a Classe	200	
Agente de Segurança	3.a Classe	300	
Agente de Segurança	4.a Classe	400	
		1000	
Escrivão de Polícia	1.a Classe	32	
Escrivão de Polícia	2.a Classe	64	
Escrivão de Polícia	3.a Classe	96	
Escrivão de Polícia	4.a Classe	128	
		320	
Motorista Policial	1.a Classe	15	
			Detetive 4.a Classe
			Investigador 4.a Classe

Motorista Policial	2.a Classe	30
Motorista Policial	3.a Classe	45
Motorista Policial	4.a Classe	60
		150
Médico Legista	1.a Classe	05
Médico Legista	2.a Classe	11
Médico Legista	3.a Classe	16
Médico Legista	4.a Classe	22
		54
Químico Legal	1.a Classe	01
Químico Legal	2.a Classe	02
Químico Legal	3.a Classe	03
Químico Legal	4.a Classe	04
		10
Toxicologista	1.a Classe	01
Toxicologista	2.a Classe	02
Toxicologista	3.a Classe	03
Toxicologista	4.a Classe	04
		10
Perito Criminal	1.a Classe	05
Perito Criminal	2.a Classe	11
Perito Criminal	3.a Classe	17
Perito Criminal	4.a Classe	22
		55
Perito Policial	1.a Classe	05
Perito Policial	2.a Classe	11
Perito Policial	3.a Classe	17
Perito Policial	4.a Classe	22
		55
Dactiloscopista	1.a Classe	03
Dactiloscopista	2.a Classe	06
Dactiloscopista	3.a Classe	09
Dactiloscopista	4.a Classe	12
		30
Aux. de Necrópsia	1.a Classe	02
Aux. de Necrópsia	2.a Classe	04
Aux. de Necrópsia	3.a Classe	06
Aux. de Necrópsia	4.a Classe	08
		20
Servente de Necrópsia	1.a Classe	02
Servente de Necrópsia	2.a Classe	04
Servente de Necrópsia	3.a Classe	06
Servente de Necrópsia	4.a Classe	08
		20
Radiotécnico	1.a Classe	01
Radiotécnico	2.a Classe	02
Radiotécnico	3.a Classe	03
Radiotécnico	4.a Classe	04
		10
Radiocomunicador	1.a Classe	07
Radiocomunicador	2.a Classe	14
Radiocomunicador	3.a Classe	21
Radiocomunicador	4.a Classe	28
		70
Investigador (Feminino)	1.a Classe	01
Investigador (Feminino)	2.a Classe	02
Investigador (Feminino)	3.a Classe	03
Investigador (Feminino)	4.a Classe	04
		10
Agente de Segurança (Fem.)	1.a Classe	10
Agente de Segurança (Fem.)	2.a Classe	20
Agente de Segurança (Fem.)	3.a Classe	30
Agente de Segurança (Fem.)	4.a Classe	40
		100
Dactiloscopista (Feminino)	1.a Classe	03
Dactiloscopista (Feminino)	2.a Classe	06
Dactiloscopista (Feminino)	3.a Classe	09
Dactiloscopista (Feminino)	4.a Classe	12
		30
Escrivão de Polícia (Fem.)	1.a Classe	03
Escrivão de Polícia (Fem.)	2.a Classe	06
Escrivão de Polícia (Fem.)	3.a Classe	09
Escrivão de Polícia (Fem.)	4.a Classe	12
		30

Perito Criminal 4.a Classe

Investigador 4.a Classe

PARTE SUPLEMENTAR (EXTINTA AO VAGAR)

Comissário de Polícia Classe Única 100

ANEXO II (DOIS)

TABELA DE ESCALONAMENTO VERTICAL DO PESSOAL DA POLÍCIA CIVIL A QUE REFERE O ARTIGO 92 DESTA LEI

Carreiras	Índices
Delegado de 1.a Classe	100
Delegado de 2.a Classe	91
Delegado de 3.a Classe	82
Delegado de 4.a Classe	78
Detetive de 1.a Classe	53
Detetive de 2.a Classe	50
Detetive de 3.a Classe	47
Detetive de 4.a Classe	44
Investigador de 1.a Classe	41
Investigador de 2.a Classe	38
Investigador de 3.a Classe	35
Investigador de 4.a Classe	32
Agente de Segurança de 1.a Classe	30
Agente de Segurança de 2.a Classe	27
Agente de Segurança de 3.a Classe	25
Agente de Segurança de 4.a Classe	23
Escrivão de Polícia de 1.a Classe	52
Escrivão de Polícia de 2.a Classe	48
Escrivão de Polícia de 3.a Classe	44
Escrivão de Polícia de 4.a Classe	40
Médico Legista de 1.a Classe	84
Médico Legista de 2.a Classe	80
Médico Legista de 3.a Classe	76
Médico Legista de 4.a Classe	72
Químico Legal de 1.a Classe	84
Químico Legal de 2.a Classe	80
Químico Legal de 3.a Classe	76
Químico Legal de 4.a Classe	72
Perito Criminal 1.a Classe	84
Perito Criminal 2.a Classe	80
Perito Criminal 3.a Classe	76
Perito Criminal 4.a Classe	72
Perito Policial 1.a Classe	60
Perito Policial 2.a Classe	58
Perito Policial 3.a Classe	56
Perito Policial 4.a Classe	54
Toxicologista 1.a Classe	84
Toxicologista 2.a Classe	80
Toxicologista 3.a Classe	76
Toxicologista 4.a Classe	72
Dactiloscopista 1.a Classe	44
Dactiloscopista 2.a Classe	38
Dactiloscopista 3.a Classe	34
Dactiloscopista 4.a Classe	30
Motorista Policial 1.a Classe	29
Motorista Policial 2.a Classe	26
Motorista Policial 3.a Classe	23
Motorista Policial 4.a Classe	21
Aux. de Necrópsia 1.a Classe	23
Aux. de Necrópsia 2.a Classe	22
Aux. de Necrópsia 3.a Classe	21
Aux. de Necrópsia 4.a Classe	20
Servente de Necrópsia 1.a Classe	21
Servente de Necrópsia 2.a Classe	19
Servente de Necrópsia 3.a Classe	17
Servente de Necrópsia 4.a Classe	15
Radiotécnico 1.a Classe	38
Radiotécnico 2.a Classe	36
Radiotécnico 3.a Classe	33
Radiotécnico 4.a Classe	31
Radiocomunicador 1.a Classe	25
Radiocomunicador 2.a Classe	23
Radiocomunicador 3.a Classe	21
Radiocomunicador 4.a Classe	19
Comissário de Polícia Classe Única	60

ANEXO III

LISTA DE ENQUADRAMENTO

Situação Atual	Situação Proposta
Delegado de Polícia Nível 27	Delegado de Polícia 1.a Classe
Delegado de Polícia Nível 26	Delegado de Polícia 2.a Classe
Delegado Adjunto Nível 25	Delegado de Polícia 3.a Classe
Investigador Criminal Nível 18	Delegado de Polícia 4.a Classe
	Investigador Crim. 1.a Classe
	Investigador Crim. 2.a Classe

Investigador Criminal	Nível 17	Investigador Crim.	3.a Classe
.....	Investigador Crim.	4.a Classe
Agente de Segurança	Nível 16	Agente de Segurança	1.a Classe
Agente de Segurança	Nível 15	Agente de Segurança	2.a Classe
Agente de Segurança	Nível 14	Agente de Segurança	3.a Classe
.....	Agente de Segurança	4.a Classe
.....	Perito Criminal	1.a Classe
Perito Criminal	Nível 26	Perito Criminal	2.a Classe
Perito Criminal	Nível 25	Perito Criminal	3.a Classe
.....	Perito Criminal	4.a Classe
.....	Perito Policial	1.a Classe
Perito Policial	Nível 22	Perito Policial	2.a Classe
Perito Policial	Nível 21	Perito Policial	3.a Classe
Dactiloscopista	Nível 19	Dactiloscopista	4.a Classe
Dactiloscopista	Nível 18	Dactiloscopista	1.a Classe
Dactiloscopista	Nível 17	Dactiloscopista	2.a Classe
Dactiloscopista	Nível 16	Dactiloscopista	3.a Classe
Dactiloscopista	Nível 15	Dactiloscopista	4.a Classe
.....	Aux. de Necropsia	1.a Classe
.....	Aux. de Necropsia	2.a Classe
Aux. de Necropsia	Nível 11	Aux. de Necropsia	3.a Classe
Aux. de Necropsia	Nível 10	Aux. de Necropsia	4.a Classe
.....	Escrivão de Polícia	1.a Classe
Escrivão de Polícia	Nível 19	Escrivão de Polícia	2.a Classe
Escrivão de Polícia	Nível 18	Escrivão de Polícia	3.a Classe
Escrivão de Polícia	Nível 17	Escrivão de Polícia	4.a Classe
Motorista Policial	Nível 15	Motorista Policial	1.a Classe
Motorista Policial	Nível 14	Motorista Policial	2.a Classe
Motorista Policial	Nível 12	Motorista Policial	3.a Classe
.....	Motorista Policial	4.a Classe
Médico Legista	Nível 23	Médico Legista	1.a Classe
Médico Legista	Nível 26	Médico Legista	2.a Classe
.....	Médico Legista	3.a Classe
.....	Médico Legista	4.a Classe
.....	Médico Legista	1.a Classe
.....	Radiocomunicador	1.a Classe
.....	Radiocomunicador	2.a Classe
.....	Radiocomunicador	3.a Classe
Radiocomunicador	Nível 09	Radiocomunicador	4.a Classe
Comissário de Polícia	Nível 22	Comissário de Polícia	Cl. Única

OBS Os atuais ocupantes interinos serão classificados na classe inicial (4.a Classe).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 6-74

PARECER

O Poder Executivo propõe à consideração desta Casa, por intermédio da Mensagem n.º 110-73, projeto de lei complementar, dispondo sobre o Estatuto da Polícia Civil.

O projeto, segundo as indicações da própria Mensagem, foi elaborado com fiel obediência aos princípios estabelecidos na Constituição do Estado, relativos ao Estatuto da Polícia Civil, consubstanciados no art. 56, incisos e alíneas.

Na verdade, compulsando o seu texto verifiquei que a estrutura das carreiras funcionais; a criação do Conselho da Polícia Civil e as correspondentes atribuições, com vistas ao ingresso e acesso nas diversas carreiras bem como a definição de um regime disciplinar; a integração da Escola de Polícia Civil e a privacidade dos cargos de Delegado de Polícia aos bacharéis em direito, com ingresso mediante concurso público, são concretizações normativas daquelas exigências constitucionais.

O quadro proposto, bem como a nova sistemática de fixação de vencimentos, são plenamente satisfatórios, em termos de solução do "status funcional e financeiro, a julgar-se pelo elenco de antigas reivindicações do pessoal da Polícia Civil.

Por tais motivos, reputo da mais alta importância o encaminhamento, nos moldes em que aqui chegou — fruto de longos e profundos estudos de "experts" na matéria — da proposta de Estatuto da Polícia Civil do Estado. A partir de sua aprovação e respectiva conversão em lei — essa é a esperança de toda a comunidade paranaense — estará a Polícia Civil dotada de um instrumento básico, altamente dinâmico e ágil, capaz de conferir-lhe eficiência no combate à criminalidade em geral e na manutenção da tranquilidade e da ordem sociais.

O projeto é, indiscutivelmente, um marco na história da Polícia Civil de nosso Estado, porque efetivamente abrange, com normas de excelente gabarito técnico, a totalidade do âmbito policial.

Apenas, para completar, incluiria duas alterações não essenciais, porém necessárias ao aperfeiçoamento do mencionado diploma legal.

Dessa forma, o parecer é favorável, com as emendas acima indicadas.

Sala das Comissões, 1.º de abril de 1974.

(Ass. ilegível) — Presidente

Erondy Silvério — Relator

(Ass. ilegíveis)

C.C.J.

EMENDA

Ao Projeto de Lei n.º 6-74

I — Substitua-se no parágrafo único, do art. 1.º, a expressão "repreensão" por REPRESSÃO.

Sala das Comissões, 1.º de abril de 1974.

(Ass. ilegível) — Presidente

Erondy Silvério — Relator

(Ass. ilegível)

EMENDA

Ao Projeto de Lei N.º 6-74

I — Inclua-se no Art. 21, o seguinte inciso:

"XXVIII — Trabalhar mal, intencionalmente ou por negligência".

Sala das Comissões, 1.º de abril de 1974.

(Ass. ilegível) — Presidente

Erondy Silvério — Relator

Antonio Lopes Junior

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER ao

PROJETO DE LEI N.º 06-74

De iniciativa do Poder Executivo, o Projeto de Lei ora em exame, trata de dar uma estrutura básica à Polícia Civil do Estado, através de um Estatuto, com o propósito de ensejar uma expressiva dinamização de suas atividades no setor da Segurança Pública.

Cumprindo determinação constitucional, a medida ora proposta inclui inovações salutares na estrutura do órgão policial do Estado, como, por exemplo, a criação do Conselho da Polícia Civil, órgão colegiado com atribuições que serão expressadas em decreto de regulamentação, nas quais deverão constar as de controle do ingresso e acesso nas diversas carreiras, conforme dá conta a exposição de motivos governamental.

Na douta Comissão de Constituição e Justiça, o ilustre relator do Projeto, apresentou duas oportunas emendas visando corrigir distorções de redação na Mensagem.

Sob os aspectos da sua viabilidade financeira, que esta Comissão técnica, regimentalmente, tem a obrigação de examinar, me parece que a matéria está perfeitamente em condições de ser acolhida pela Casa.

Pela aprovação, com as emendas e o parecer.

S.M.J.

Sala das Comissões, em 15 de abril de 1974.

(Ass. ilegível) — Presidente

Quielise Crisóstomo da Silva — Relator

(Ass. ilegíveis)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Aristides Cerutti, ocorrido em Borrazópolis. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que se digne determinar as medidas necessárias, visando resolver o problema com relação ao Porto de Antonina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de aplausos, em nome da Comissão designada, por este Poder Legislativo, à Comissão Executiva promotora da 5.a Exposição-Feira Agropecuária e Industrial de Guarapuava, 2.a Exposição-Feira de Suínos do Paraná e 2.º Encontro Estadual de Pastagens, que se realiza naquele Município. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, lido da Tribuna, solicitando o encaminhamento de apelo aos Srs. Presidente da República, Governador do Estado, Secretário da Agricultura e Secretário do Planejamento, visando melhorias ao Litoral. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando dispensa de Publicação de Redação Final, ao Projeto de Lei n.º 289-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para a Proposição n.º 51-74. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 23, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 180-73 e 181-73.

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 282-73, 287-73 e 6-74.

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 118-73, 123-73, 185-73 e 203-73.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE FINANÇAS

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 2.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis (16) dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro, na Sala de Reuniões, às 16.30 (dezesseis e trinta) horas, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Quielise C. Silva e contando com as presenças dos Senhores Deputados Antonio Lopes Junior, Igo Losso, Gilberto Carvalho e Alvaro Dias. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI N.º 284-73 — de autoria do Senhor Deputado Igo Iwant Losso, que declara de utilidade pública a "Associação Cristã do Bem Estar Social do Paraná — BEMPAR", com sede nesta Capital. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 289-73 — de autoria da Comissão Especial Criação do Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar (FEPPA), com personalidade jurídica própria e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 292-73 — de autoria do Senhor Deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo, doar através da Secretaria de Agricultura, dois (2) tratores marca Internacional, modelo e série que especifica, à Cooperativa Agrícola Irati Ltda., com sede no Município de Irati. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 2-74 — de autoria do Senhor Deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Ribeirão do Pinhal, uma motoniveladora e um caminhão, pertencentes ao Departamento de Estradas de Rodagem. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 10-74 — de autoria do Senhor Deputado David Federmann, que declara de utilidade pública a Organização Espírita Cristã "Irmã Scheila", com sede na cidade de Ponta Grossa. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 16-74 — de autoria do Senhor Deputado Domício Scaramella, que autoriza o Poder Executivo estadualizar a Estrada Municipal que liga a sede do Município de Mallet a Rodovia BR-476, passando pelo Distrito de Rio Claro. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 10-74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Ex-Proposição n.º 28-74 — Aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municí-

prios de Corbélia, Nova Cantu, Nova Fátima e São Pedro do Paraná, objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 11-74 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. E Proposição 30-74 — Aprova termos do Convênio celerado entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL — objetivando elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 16-74 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Ex-Proposição n.º 29-74 — Aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado

do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Amaporã e Santa Cecília do Pavão objetivando fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante a aplicação de dotações e de verbas que especifica. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar eu, Teresinha B. de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

aa) Quielise C. Silva — Presidente
Teresinha B. Moura e Claro — Secretário